

Dossier: Timor independente

A política externa de Timor

Fernando Balthazar de Lima

Entrevista com Jose Luis Guterres, vice-ministro dos Negocios Estrangeiros e Cooperacao da RDTL

Fernando Balthazar de Lima – Quais são as prioridades da República Democrática de Timor-Leste (RDTL) em matéria de relações internacionais ? José Luís Guterres – O nosso interesse é manter relações com todos os países do mundo. Caro que procuraremos manter boas relações com os nossos vizinhos, com a região e o relacionamento no quadro da CPLP.

A nossa política visa defender a soberania e a integridade territorial de Timor Leste. Queremos contribuir para que em Timor se viva em melhores condições de segurança, que se desenvolva um bom clima de negócios, que sejam respeitadas as liberdades individuais.

FBL – Isso significa prioridade à Indonésia e à Austrália ? JLG – Temos desenvolvido muitos esforços em relação aos dois países. Temos tido particular atenção ao relacionamento com a instituição militar indonésia e como vamos dar os próximos passos nessa relação. Não é por acaso que a primeira visita oficial de Xanana Gusmão como Chefe de Estado é feita à Indonésia. Estamos certos que Megawati Sukarnoputri vai contribuir grandemente para o evoluir da nossa relação. Sabemos que ela sofreu pressões para não vir à Independência, mas também sabemos que houve uma recomendação favorável do departamento dos Negócios Estrangeiros. Com a Austrália as relações são excelentes. Assinámos o acordo de Timor Gap para a partilha dos recursos em hidrocarbonetos, o que demonstra o nível de trabalho feito. Claro que iremos ter problemas quando discutirmos as nossas fronteiras marítimas, porque isso significa uma nova óptica na partilha dos benefícios do mar de Timor, mas estou certo que encontraremos uma plataforma de entendimento à luz das convenções das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

FBL – A política será de equidistância em relação à Indonésia e à Austrália ou vão pender para um dos lados ? JLG – Há muito mais assuntos a tratar com a Indonésia. Temos uma

fronteira terrestre com a Indonésia. A situação dos militares é instável. Há ainda barreiras que é preciso remover. O incidente com os barcos de guerra [seis vasos de guerra indonésios entraram em águas timorenses, sem autorização, com o pretexto de fazerem parte da protecção à presidente Megawati] na véspera da independência é um indício. Queremos afastar o apoio potencial que pode ser prestado às milícias, queremos apoio para o regresso de todos os refugiados timorenses, que estimamos em 45 mil pessoas. Temos de resolver o problema do património. Os indonésios querem uma reparação pelos edifícios que deixaram, mas nós já deixamos claro que não vamos pedir compensações pelas coisas que eles queimaram, na sequência dos acontecimentos de Setembro de 1999. Mas um dia haverá certamente maior influência da Indonésia em Timor. Claramente, interessa-nos a presença de tropas australianas nas nossas fronteiras, no quadro de cooperação com a ONU. Queremos manter com os dois um bom nível de cooperação. Já indicámos que queremos a cooperação das polícias da Indonésia e da Austrália no combate ao crime organizado, queremos cooperação militar com os dois países. O bahasa indonésio e o inglês são línguas de trabalho em Timor. Em resumo, é uma questão de gerirmos interdependências, uma vez que não há independências absolutas.

FBL – Timor tem expressado interesse em aderir regionalmente à ASEAN, mas parece haver reticências por parte dos países membros ... JLG – Basicamente, a oposição vem do governo militar da Birmânia. São questões antigas que têm a ver com o nosso relacionamento com a Prémio Nobel da Paz, Suu Ky. Para já, estamos interessados em obter o estatuto de país observador da ASEAN, porque é importante para a defesa da soberania de Timor e porque abre o país para a Ásia.

FBL – Uma das opções de Timor é o relacionamento com a CPLP. Mas a organização não funciona ... JLG – Para nós, a CPLP é um organismo que congrega países amigos, países irmanados pela história, um organismo onde, por exemplo, se pode cooperar no desenvolvimento da língua portuguesa. O conjunto de esforços de todos pode complementar-nos uns aos outros. Reconheço que há uma crise, mas pode-se melhorar; pode-se, por exemplo, melhorar a visibilidade da CPLP nas Nações Unidas, haver um seu representante ali ...

FBL – Quando se fala de Portugal, fala-se habitualmente em cooperação exemplar. Era possível fazer melhor? JLG – É sempre possível fazer-se melhor. Por exemplo, uma das questões apontadas foi a questão da coordenação. Recebemos muitos professores, mas precisamos de mais professores. Estamos conscientes que há limitações económicas em

Portugal. Mas a cooperação com Portugal não é apenas feita a nível governamental. Temos expectativa nas diferentes iniciativas da sociedade civil, do próprio tecido empresarial. Queremos aprovar rapidamente leis sobre o investimento e sobre terras para atrair investimentos portugueses para Timor. Mas estaremos sempre gratos a Portugal. Eles foram os porta-vozes de Timor na Europa e poderão continuar a ser a porta de Timor para a União Europeia.

FBL – Causou alguma surpresa o envolvimento do Brasil em Timor ... JLG – O Brasil sempre teve um comportamento correcto, ao nível das Nações Unidas, na questão de Timor. No processo de transição têm-nos apoiado em questões de lei e ordem e com a presença de militares. A cooperação está bem presente e temos as maiores expectativas do envolvimento brasileiro ao nível da CPLP.

FBL – Moçambique e Angola foram retaguardas importantes na vossa luta, mas quer-me parecer que vai ser precisa muita imaginação para implementar cooperação com países com tantos problemas, mesmo que já tenham sido estabelecidos acordos ... JLG – Temos uma relação profunda com Moçambique e Angola. Para já, vamos fazer algumas visitas a nível ministerial para aprofundar pelouros de cooperação. Há uma experiência nesses dois países que não pode ser por nós negligenciada. Muitas decisões políticas, às vezes são tomadas erradamente porque não se tomaram em conta outras experiências, não se atendeu a que esses países já passaram por essa fase. Acredito que há uma base para a cooperação bilateral.

FBL – As declarações de política externa têm sido de grande moderação, mas o primeiro-ministro Alkatiri, na tomada de posse, fez questão em manifestar o apoio inequívoco à Palestina e à RASD [Sahara Ocidental]... JLG – A Palestina e o Sahara são causas que apoiamos desde os tempos da resistência. Basicamente, limitamo-nos a manifestar a continuação desse apoio. Nós apoiamos as lutas justas mas também manifestamos o nosso apoio à luta contra o terrorismo internacional. Por exemplo, não apoiamos a utilização de suicidas que matam indiscriminadamente civis nas suas acções.

FBL – Isso significa que outros movimentos independentistas na região podem ter expectativas em relação ao vosso apoio ? JLG – Não é nenhum segredo que sempre mantivemos relações com a oposição democrática na Indonésia. Mantivemos contactos com o movimento de Aceh, com o movimento da Papua Oeste, com o movimento das Molucas. Sempre lhes explicámos as nossas especificidades enquanto colónia portuguesa.

Explicámos a esses nossos amigos a nossa nova situação e o apoio que poderemos continuar a dar, ao nível dos canais internacionais apropriados, tendo como pano de fundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Não há nenhum recuo nas nossas posições.

FBL – Mas os movimentos de solidariedade internacional que vocês saudaram na independência estão algo reticentes ... JLG – Nos fizemos questão em ter uma reunião com os comités de apoio da causa de Timor em todo o mundo. Esteve lá o presidente Xanana, esteve lá o primeiro-ministro Alkatiri, o ministro Ramos Horta a ministro da Justiça, Ana Pessoa. O presidente pediu mesmo para continuar a ser tratado por Xanana. Foi-lhes explicado que estamos agora numa nova fase de luta e que eles nos devem apoiar na luta contra a miséria. Claro que temos os movimentos que nos apoiam por motivos ideológicos. Houve muitas perguntas sobre o relacionamento com a administração americana, do porquê da visita do presidente Clinton a Timor. Explicamos as realidades de Timor, o papel de Clinton no Conselho de Segurança da ONU. Eu sei que muitas organizações de solidariedade não gostam, mas nem sempre os grandes amigos têm posições concordantes. A nossa posição é que temos todo o interesse em continuar a manter relações com todos os movimentos e comités que apoiaram a causa de Timor.